



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA (FACE)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS (CCA)
ESPECIALIZAÇÃO ORÇAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS NO
SETOR PÚBLICO (OGGR).

OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS OBRAS PARALISADAS
FINANCIADAS COM RECURSOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

KELVIO GOMES SANTOS

Brasília

2024

KELVIO GOMES SANTOS

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS OBRAS PARALISADAS
FINANCIADAS COM RECURSOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Orçamento, Governança e Gestão de
Risco no Setor Público, do Polo de
Uberlândia/MG - UnB/UAB.

Brasília

2024

KELVIO GOMES SANTOS

OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS OBRAS PARALISADAS
FINANCIADAS COM RECURSOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO –
Brasília, 2024.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Especialização) – Programa de
Pós-Graduação em Orçamento, Governança e Gestão de Risco no Setor
Público, 2º Semestre letivo de 2024.

Bibliografia.

1. Obras Paralisadas. 2. Recursos Federais. 3. Governança Pública. 4. Gestão Pública. 5. Desenvolvimento Econômico e Social. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

CDD – 338.9

KELVIO GOMES SANTOS

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS OBRAS PARALISADAS
FINANCIADAS COM RECURSOS FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Orçamento, Governança e Gestão de
Risco no Setor Público, do Polo de
Uberlândia/MG - UnB/UAB.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno com data de aprovação: 05 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva

Prof^a. Msc. Patrícia Fernanda Guimaraes Venâncio

Brasília

2024

DEDICATÓRIA

A este trabalho, dedico com imensa gratidão e carinho à minha família, que sempre foi a base sólida e a inspiração constante em minha jornada. Aos meus pais, que com sua sabedoria e amor incondicional, moldaram meus valores e me incentivaram a buscar sempre o melhor. A minha companheira de vida, que com seu apoio e companheirismo, tornaram este percurso mais leve e significativo.

Vocês são a minha força motriz, meu porto seguro, e os verdadeiros responsáveis por cada pequena e grande conquista que celebro. Que ele seja uma humilde homenagem ao amor, ao sacrifício e à dedicação que me cercam diariamente, impulsionando-me a ser uma pessoa e um profissional melhor.

Com todo o meu amor e eterna gratidão, dedico a vocês este marco em minha vida acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste projeto.

Em especial, expresso minha profunda gratidão à Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva, minha orientadora, e à Msc. Patrícia Fernanda Guimarães Venâncio, minha tutora, por sua orientação e apoio inestimáveis ao longo deste trabalho. Sua expertise foi me proporcionar a clareza necessária para escolher o tema mais adequado para minha pesquisa, guiando-me com maestria pelo caminho nessa jornada.

À Universidade de Brasília e ao Polo de Uberlândia/MG da UAB, agradeço pela oportunidade de aprendizado e crescimento. Aos professores que compartilharam seu conhecimento, minha sincera gratidão.

À minha família, especialmente à minha mãe e ao meu irmão, meu eterno amor e gratidão por acreditarem em mim e pelos ensinamentos de vida.

Aos amigos e pessoas queridas, em especial ao meu amigo e exemplo de profissional, que hoje chamo de chefe, Edmilson Suassuna. Obrigado por cada orientação com o olhar de gestor público, pelas palavras de incentivo e por estar sempre presente. Sua ajuda foi fundamental para a realização deste trabalho.

E por último, mas com o peso e a importância que transcendem qualquer palavra, à Fernanda Dimonnaê, minha companheira de vida, cuja presença constante e apoio inabalável me inspiram a ser uma versão melhor de mim mesmo a cada dia. Sua força, amor e encorajamento foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Este trabalho é um tributo a todos vocês. Obrigado por fazerem parte desta caminhada.

*“O sucesso é a soma de pequenos esforços
repetidos dia após dia.”*

— Robert Collier

RESUMO

As obras paralisadas no Brasil, financiadas com recursos federais, representam um desafio significativo, especialmente no estado do Rio de Janeiro. A paralisação dessas obras impacta negativamente a economia e a sociedade, resultando em desperdício de recursos públicos, atrasos no desenvolvimento de infraestrutura e perda de empregos. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos econômicos e sociais das obras paralisadas no estado do Rio de Janeiro, identificar as principais causas da paralisação e propor estratégias para mitigar esses impactos. A metodologia inclui a análise de dados de obras paralisadas fornecidos por órgãos públicos, revisão de relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) e pesquisa bibliográfica sobre governança e gestão. Constatando que a análise dos impactos das obras paralisadas financiadas com recursos federais no estado do Rio de Janeiro destacou a importância da governança pública na execução de projetos de infraestrutura. No qual revelou-se um padrão recorrente de interrupções e atrasos devido a falhas na gestão de recursos e na governança, evidenciando a necessidade de maior transparência, fiscalização e controle social para garantir a continuidade e conclusão das obras. As paralisações têm efeitos profundos, como o aumento de custos, prejuízos econômicos e impactos negativos no bem-estar social, afetando principalmente as comunidades mais vulneráveis.

Palavras-chave: Obras Paralisadas; Recursos Federais; Desenvolvimento Econômico e Social; Governança Pública; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The paralyzed works in Brazil, financed with federal resources, represent a significant challenge, especially in the state of Rio de Janeiro. The stoppage of these works negatively impacts the economy and society, resulting in waste of public resources, delays in infrastructure development, and loss of jobs. This work aims to analyze the economic and social impacts of the paralyzed works in the state of Rio de Janeiro, identify the main causes of the stoppage and propose strategies to mitigate these impacts. The methodology includes the analysis of data from paralyzed works provided by public agencies, review of audit reports by the Federal Court of Accounts (TCU) and bibliographic research on governance and management. Noting that the analysis of the impacts of the paralyzed works financed with federal resources in the state of Rio de Janeiro highlighted the importance of public governance in the execution of infrastructure projects. In which a recurring pattern of interruptions and delays due to failures in resource management and governance was revealed, evidencing the need for greater transparency, inspection and social control to ensure the continuity and completion of the works. The shutdowns have profound effects, such as increased costs, economic losses, and negative impacts on social welfare, especially affecting the most vulnerable communities.

Keywords: Halted Projects; Federal Resources; Economic and Social Development; Public Governance; Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.3 Objetivos Específicos.....	12
2.REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL	13
2.2. CONCEITOS DE GOVERNANÇA E SUA IMPORTÂNCIA NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS.....	14
3.METODOLOGIA	17
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
4.1 PANORAMA DAS OBRAS PARALISADAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS.....	20
4.3 IMPACTOS DAS PARALISAÇÕES NAS OBRAS PÚBLICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2023	28
4.4 O NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)	31
5.CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

1.INTRODUÇÃO

As obras públicas são essenciais para o desenvolvimento econômico e social de qualquer região, contribuindo significativamente para a melhoria da infraestrutura, geração de emprego e dinamização da economia local. No entanto, a paralisação dessas obras representa um problema crítico, especialmente no Brasil, onde questões como má gestão, problemas financeiros e burocráticos frequentemente interrompem projetos em andamento. Este trabalho tem como objetivo principal analisar os impactos econômicos e sociais das obras paralisadas financiadas com recursos federais no Estado do Rio de Janeiro, identificando as principais causas dessas paralisações e propondo medidas para mitigá-las.

No contexto brasileiro, a paralisação de obras públicas é um fenômeno recorrente e preocupante. Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) revelam que uma parte significativa dos contratos de obras públicas está paralisada, indicando um desperdício expressivo de recursos públicos e evidenciando falhas na governança e na gestão. As obras paralisadas não só resultam em estruturas inacabadas e deterioração de materiais, mas também acarretam prejuízos ao erário, ausência da política pública almejada e frustração das expectativas da população (Araújo, 2021).

No Estado do Rio de Janeiro, a situação reflete a complexidade e a gravidade desse problema em nível nacional. A paralisação de obras públicas no Estado resulta em impactos profundos, como a perda de empregos, atrasos na melhoria da infraestrutura e a não realização dos benefícios esperados pela população. Esses impactos são exacerbados por questões específicas do Estado, como crises financeiras e gestão ineficientes dos recursos, que contribuem para a alta taxa de paralisação de projetos (Guidi, 2023).

Além de contribuir para a literatura existente sobre o tema, este estudo oferece recomendações práticas para a melhoria da governança e gestão, com o intuito de minimizar os efeitos negativos das obras paralisadas e evitar futuras paralisações. A

relevância deste estudo reside na possibilidade de fornecer *insights* valiosos para a implementação de políticas públicas mais eficazes, especialmente no contexto da retomada de obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa Obrasgov, que visam melhorar a gestão e execução de obras públicas no Brasil.

1.1 JUSTIFICATIVA

A urgente necessidade de compreender e abordar as causas subjacentes das obras paralisadas no estado do Rio de Janeiro, financiadas com recursos federais, é preeminente, uma vez que essas interrupções não só comprometem o desenvolvimento e a infraestrutura da região, mas também resultam em grandes malefícios para população local. O cenário atual revela não apenas um desperdício significativo de recursos públicos, mas também um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social da região. A paralisação de obras públicas compromete diretamente a melhoria da infraestrutura, que é essencial para o progresso de áreas como transporte, saúde, educação e saneamento básico (Guidi. 2023).

A paralisação de obras afeta a credibilidade das instituições públicas perante a sociedade, minando a confiança dos cidadãos na capacidade do governo de executar projetos que beneficiem a coletividade. A ineficiência na gestão de obras públicas também impacta a competitividade econômica do Estado, uma vez que atrasos na infraestrutura podem desencorajar investimentos privados e dificultar o desenvolvimento de novos negócios.

Através da análise dos impactos econômicos e sociais das obras paralisadas, este estudo busca não apenas diagnosticar problemas, mas também oferecer soluções práticas e viáveis, com propostas de melhorias para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e que os projetos essenciais possam ser concluídos dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade esperada (Araújo, 2021).

Adicionalmente, este trabalho visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que possam prevenir futuras paralisações e promover a conclusão de obras em andamento. A implementação de tais políticas é fundamental para o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, garantindo que os benefícios sociais e econômicos das obras públicas sejam plenamente realizados, promovendo uma administração mais transparente, eficiente e responsável dos recursos federais destinados às obras no estado fluminense.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos econômicos e sociais das obras paralisadas financiadas com recursos federais no estado do Rio de Janeiro.

1.2.3 Objetivos Específicos

- Analisar o histórico de obras públicas no Brasil;
- Compreender governança e sua importância em obras públicas;
- Identificar as obras paralisadas do estado do Rio de Janeiro e seus reflexos na sociedade.

2.REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DAS OBRAS PÚBLICAS NO BRASIL

As intervenções governamentais de infraestrutura desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico e social de qualquer nação. No Brasil, a execução dessas obras envolve uma complexa teia de legislação, planejamento, financiamento e gestão, que varia significativamente entre estados e municípios. Este tópico apresenta um breve histórico sobre o desenvolvimento das obras públicas no Brasil e descreve como elas são geridas e financiadas em diferentes níveis governamentais (Araújo, 2021).

O progresso desse projetos no Brasil tem raízes que remontam ao período colonial, quando as primeiras infraestruturas foram construídas para facilitar a exploração dos recursos naturais e a administração do território. No século XIX, a construção de estradas de ferro e portos marcou uma fase de modernização, impulsionada pela necessidade de integrar as diversas regiões do País e promover o comércio (Guidi, 2023).

Com a industrialização no século XX, houve uma expansão estrutural significativa, incluindo a construção de rodovias, pontes, hospitais, escolas e outras infraestruturas essenciais. Durante o regime militar (1964-1985), o Governo Federal implementou grandes projetos de infraestrutura, como a construção da rodovia Transamazônica e a usina hidrelétrica de Itaipu. Esses projetos, embora ambiciosos, também enfrentaram críticas relacionadas a sustentabilidade e ao impacto social (Montalvão, 2012).

A execução desses empreendimentos no Brasil é regida por um conjunto de leis e regulamentos que visam garantir a transparência, eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos. Entre as principais legislações está a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), que moderniza os procedimentos de contratação pública (Araújo, 2021).

O planejamento das políticas públicas estruturantes começa com a identificação das necessidades locais e a elaboração de projetos que atendam a essas demandas. Nos estados

e municípios, esse processo geralmente envolve audiências públicas e consultas com a comunidade para assegurar que as obras refletem as prioridades locais. Os planos plurianuais (PPA), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e as leis orçamentárias anuais (LOA) são instrumentos essenciais para o planejamento e a alocação de recursos.

O financiamento pode vir de várias fontes, incluindo recursos próprios dos estados e municípios, transferências federais, empréstimos de instituições financeiras e parcerias público-privadas (PPPs). Os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) são frequentemente utilizados para financiar projetos de grande envergadura, especialmente aqueles considerados de interesse nacional (Guidi. 2023).

A execução das obras públicas envolve a contratação de empresas através de processos licitatórios, conforme estabelecido pelas leis de licitações. A sua fiscalização e o acompanhamento da execução são responsabilidades dos órgãos de controle interno da Federação, bem como dos tribunais de contas federais, estaduais e municipais (Guidi. 2023).

Apesar dos mecanismos de planejamento e financiamento, a execução de projetos governamentais de engenharia no Brasil enfrenta diversos desafios. Entre os principais estão a falta de capacidade técnica e administrativa em alguns estados e municípios, a burocracia excessiva, a corrupção e a má gestão dos recursos (Araújo, 2021).

Embora existam muitos desafios, também há exemplos de sucesso na execução de obras públicas. Projetos como a modernização do Porto de Suape em Pernambuco, a revitalização da orla do Rio de Janeiro e a construção de novos hospitais e escolas em vários estados são exemplos de como uma gestão eficaz e o planejamento adequado podem resultar em benefícios significativos para a população (Guidi. 2023).

2.2. CONCEITOS DE GOVERNANÇA E SUA IMPORTÂNCIA NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

A Governança, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), envolve práticas de liderança, estratégia e controle com o objetivo de garantir que as ações das organizações públicas sejam eficazes, transparentes e em consonância com os interesses da sociedade. No contexto das obras públicas, a aplicação de bons princípios de governança é essencial para garantir a correta utilização dos recursos públicos e a conclusão dos projetos de maneira eficiente e responsável (Nascimento, 2016).

O TCU lançou três edições dos referenciais básicos de governança, cada uma trazendo conceitos e concepções diferentes para aprimorar a governança no setor público. A primeira edição, publicada em 2013, é dinâmica quanto aos princípios de legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability. Esta edição destacou a relação entre a sociedade (principal) e os agentes públicos (agentes), enfatizando a necessidade de estruturas de governança claras para garantir a eficiência e a transparência das ações governamentais (Silva, 2018).

Em 2014, a segunda edição incorporou novas perspectivas de observação, incluindo relações entre sociedade e Estado, entes federativos e políticas públicas, órgãos e entidades, e atividades intraorganizacionais. Esta edição realçou a evolução histórica da governança e a necessidade de adaptações contínuas, destacando a importância de um sistema de governança que envolve todos os atores e garante uma boa governança através de liderança, estratégia e controle (Silva, 2018).

A terceira edição, publicada em 2020, reforça os princípios de capacidade de resposta, integridade, transparência, equidade e participação, accountability, confiabilidade e melhoria regulatória. Enfatizou a aplicação prática desses princípios para enfrentar os desafios contemporâneos, adaptando práticas de governança às necessidades atuais e melhorando a gestão pública com base em evidências e transparência.

A falta de transparência é evidente na escassez de informações acessíveis e atualizadas sobre o progresso das obras e o uso dos recursos. Sem transparência, é difícil para a sociedade acompanhar e fiscalizar o andamento dos projetos, o que contribui para a perpetuação de problemas e ineficiências. A responsabilização dos gestores públicos tem sido insuficiente. Muitos projetos não possuem mecanismos claros de prestação de contas, resultando em uma ausência de prestação de contas adequada. Isso gera um ambiente propício à ineficiência e à corrupção. (Torres, 2004).

A eficiência na gestão das obras é frequentemente comprometida por planejamentos inadequados, cronogramas irrealistas e falta de utilização de tecnologias de gestão eficazes. A má gestão de recursos e a falta de capacitação contínua dos envolvidos agravaram ainda mais o problema. A distribuição dos benefícios das obras públicas não tem sido equitativa. Muitas vezes, projetos em áreas mais necessitadas são negligenciados, perpetuando desigualdades regionais e sociais. A falta de critérios de equidade na alocação de recursos públicos é um problema recorrente (Silva, 2018).

Problemas de integridade são comuns, com relatos de corrupção e uso inadequado de recursos públicos. A ausência de códigos de ética eficazes e de programas de treinamento em integridade contribui para esse cenário desfavorável (Martinho, 2016).

Com a criação de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Obrasgov, é evidente que há uma tentativa de implementar melhores práticas de governança, uma vez que esses programas visam melhorar a gestão e execução de obras públicas, promovendo a transparência, a eficiência e a eficácia dos investimentos. No entanto, a eficácia desses programas depende de uma aplicação rigorosa dos princípios de governança em todas as fases dos projetos (Casa Civil, 2024).

O PAC busca contribuições para o crescimento econômico e a inclusão social por meio de investimentos massivos em infraestrutura. No contexto do Estado do Rio de Janeiro, o

programa tem o potencial de enfrentar problemas históricos de mobilidade urbana, saneamento e habitação, promovendo a conclusão de obras essenciais para o desenvolvimento regional.

O Obrasgov é um programa destinado a melhorar a gestão de obras públicas com foco na transparência, eficiência e eficácia dos investimentos. Ele visa monitorar, avaliar e acelerar a execução de obras financiadas com recursos públicos, garantindo que sejam concluídas dentro dos prazos e orçamentos estipulados (Casa Civil, 2024).

3.METODOLOGIA

O estudo teve como método de pesquisa a forma de revisão bibliográfica, da qual analisou tanto literatura como documentos públicos disponíveis gratuitamente e aberto de forma online. A pesquisa iniciou-se diante da procura temática que envolve-se obras do setor público e ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, contudo para construir um contexto que pudesse ser apoiado em um referencial teórico, foram delimitadas palavras chave como forma de melhor dimensionar diante da consulta de dados que fossem adequados ao tema proposto,

A coleta de dados foi realizada diante de consultas no portal Google Scholar, Scielo, e Órgãos Públicos de Estado, para essa coleta as palavras chave utilizadas foram: Financiamento público; Obras públicas; Obras sociais no Rio de Janeiro, Controladoria do Estado do Rio de Janeiro; Governança nas Contas Públicas; Gestão de Obras Públicas; Tribunal de Contas da União.

A variação temporal da coleta de dados foi dividida em duas modalidades: os estudos acadêmicos abrangem os anos de 2004 a 2023, enquanto os documentos públicos consideram o período de 2013 a 2024. O recorde para comparação do cenário das obras paralisadas no Estado do Rio de Janeiro, com foco nos resultados econômicos e sociais, abrange especificamente os anos de 2020 a 2023.

Essa diferença busca apresentar ao leitor aspectos que possam facilitar a compreensão de uma ordem cronológica ocorrida nesse período, contudo quando apontados estudos ajudam a fornecer uma visão subjetiva que ampare a discussão com o estudo do caso por meio dos documentos apurados. Diante disso, os critérios de inclusão para estudos e documentos focaram na relevância temática, atualidade e especificidade geográfica, priorizando materiais que analisaram diretamente as paralisações de obras públicas e o financiamento federal, com dados concretos.

Foram incluídos estudos acadêmicos recentes e documentos oficiais que ofereceram uma análise empírica dos impactos. Em contraste, foram excluídos documentos desatualizados, materiais que não abordaram diretamente o tema ou que foram de fontes não confiáveis, garantindo que a revisão teórica fosse pertinente, atual e específica para o contexto em questão.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PANORAMA DAS OBRAS PARALISADAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS

A paralisação de obras públicas é um problema significativo que afeta diversas regiões do Brasil, refletindo desafios comuns, mas também particularidades regionais. A seguir, apresentamos um panorama das obras paralisadas em diferentes regiões do Brasil.

Tabela 1

Análise por Federação em relação às obras paralisadas

Unidade da Federação	Obras paralisadas (%)	Total de obras paralisadas
Amazonas	47,10%	304
Pará	59,10%	674
Acre	42%	94
Roraima	28,10%	57
Rondônia	35,90%	107
Amapá	45,60%	104
Tocantins	52,60%	291
Alagoas	44,80%	209
Bahia	46,90%	840
Ceará	41,30%	574
Maranhão	48,80%	879
Paraíba	59,10%	406
Pernambuco	39,90%	405
Piauí	36,20%	337
Rio Grande do Norte	44,50%	336
Sergipe	48,60%	185
Goiás	52,50%	458
Mato Grosso	36,30%	178
Mato Grosso do Sul	34,50%	152
Distrito Federal	9,40%	21
Espírito Santo	27,90%	86

Minas Gerais	36,90%	628
Rio de Janeiro	38,50%	200
São Paulo	32,20%	345
Paraná	28,10%	210
Santa Catarina	38,90%	176
Rio Grande do Sul	28,50%	347
Brasil	41%	8.603

Fonte: Tribunal de Contas da União (2023). *Brasil tem 8,6 mil obras paralisadas, financiadas com recursos federais*. <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/brasil-tem-8-6-mil-obras-paralisadas-financiadas-com-recursos-federais.htm>

Em outubro de 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU), analisou a gestão das obras paralisadas financiadas com recursos federais, revelando que o Brasil tem atualmente 8,6 mil obras paralisadas, de um total de 21 mil existentes. Esse cenário, que reflete um aumento de 29% em 2020 para 41% em 2023, confirma as análises de (Araújo, 2021), que argumenta que a deficiente governança e planejamento na gestão pública são fatores determinantes para o crescente número de obras paralisadas e o consequente desperdício de recursos públicos.

A região Norte, com seus desafios logísticos e de acesso, enfrenta uma alta taxa de paralisação de obras. Estados como Pará e Tocantins têm mais da metade de suas obras paralisadas, com taxas de 59,1% e 52,6%, respectivamente. A infraestrutura limitada e a dispersão geográfica dificultam a execução contínua dos projetos, impactando negativamente o desenvolvimento regional.

Já na região Nordeste, a situação também é crítica. Estados como Bahia, Maranhão e Paraíba apresentam taxas de paralisação de 46,9%, 48,8% e 59,1%, respectivamente. As obras paralisadas nesta região frequentemente incluem projetos essenciais de infraestrutura, saneamento e habitação, cuja interrupção prejudica significativamente a qualidade de vida da população local. A falta de recursos e a má gestão são fatores recorrentes que contribuem para essa situação.

Porém na região Centro-Oeste, embora seja um importante polo agrícola e econômico, não está isenta dos problemas com as paralisações de obras. Estados como Goiás e Mato Grosso apresentam taxas de paralisação de 52,5% e 36,3%, respectivamente. A paralisação de projetos de infraestrutura rodoviária e de transporte impacta negativamente o escoamento da produção agrícola e o desenvolvimento regional. A coordenação deficiente entre os diferentes níveis de governo e a burocracia são fatores que frequentemente levam à interrupção das obras.

Na região Sul apresenta uma taxa relativamente menor de paralisação de obras públicas em comparação com outras regiões do País. No entanto, problemas de gestão, financiamento e burocracia também afetam a execução de projetos. Estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm taxas de paralisação de 38,9% e 28,5%, respectivamente. A região, que possui um alto índice de desenvolvimento humano e uma economia diversificada, mas vê neste problema um obstáculo ao seu crescimento contínuo e à sua melhoria.

E por fim a região Sudeste, a mais desenvolvida economicamente do Brasil, enfrenta desafios significativos na execução de grandes projetos de infraestrutura, saúde e educação. Em São Paulo e Minas Gerais, as taxas de paralisação de obras são de 32,2% e 36,9%, respectivamente. Esses estados, embora tenham uma infraestrutura mais robusta e uma economia diversificada, também enfrentam problemas significativos de gestão e financiamento.

Entretanto no Estado do Rio de Janeiro, a situação é particularmente alarmante, com uma taxa de paralisação de 38,5%. A crise financeira do Estado e a má gestão dos recursos são fatores que contribuem para essa alta taxa de paralisação. O Rio de Janeiro, sendo um importante centro urbano e econômico, sofre com a interrupção de projetos essenciais que impactam diretamente a satisfação das necessidades básicas da população fluminense.

Estas paralisações têm impactos profundos em todas as regiões brasileiras, afetando diretamente a economia local, a geração de empregos e nível de serviços públicos disponíveis aos cidadãos. O desperdício de recursos públicos, a deterioração de materiais e o aumento dos

custos de retomada das obras são consequências diretas das paralisações. Além disso, a interrupção de projetos essenciais de infraestrutura, saúde, educação e saneamento básico prejudica o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

4.2 A SITUAÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO

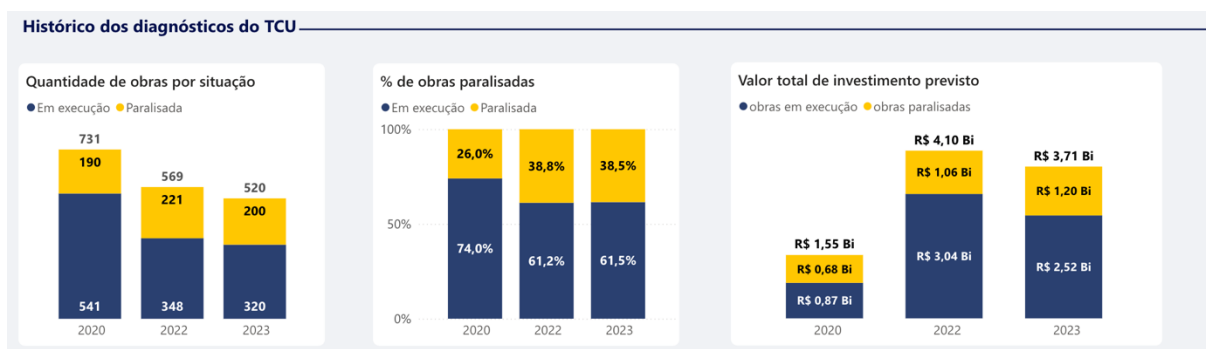
A situação das obras públicas paralisadas no Estado do Rio de Janeiro reflete uma problemática significativa, conforme os dados recentes apresentados. Os dados foram extraídos do painel de monitoramento de obras do Tribunal de Contas da União (TCU), onde foram isoladas as informações específicas para o estado do Rio de Janeiro. A análise dos dados revela um quadro preocupante que necessita de atenção urgente por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Figura 1

Resumo dos dados selecionados



Fonte: Tribunal de Contas da União. (2023). *Dados extraídos do painel de monitoramento de obras públicas*. <https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffa6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>.

Figura 2*Histórico dos diagnósticos do TCU*

Fonte: Tribunal de Contas da União. (2023). *Dados extraídos do painel de monitoramento de obras públicas*. <https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffa6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta um total de 520 obras públicas, das quais 200 estão paralisadas. Isso representa uma taxa de paralisação de 38,5%. Essa porcentagem elevada indica um desafio substancial na execução e conclusão de projetos de infraestrutura no estado. A alta taxa de paralisação pode ser atribuída a diversos fatores.

O valor previsto de investimento nas obras paralisadas é de R\$ 1.195.363.715,21. Este montante representa uma parte significativa dos recursos destinados a projetos de infraestrutura no estado. Em termos de investimento total em todas as obras, o valor atinge R\$ 3.710.937.068,76. A paralisação de projetos com um investimento tão elevado resulta em um desperdício significativo de recursos públicos, além de impactar negativamente o desenvolvimento econômico e social da região.

Os recursos federais já investidos em obras paralisadas somam R\$ 278.293.304,37. Este valor reflete o montante de dinheiro público que já foi aplicado em projetos que, até o momento, não geraram os benefícios esperados para a população. O total de recursos federais investidos em todas as obras do estado é de R\$ 1.064.020.333,84. A paralisação de uma parte substancial dessas obras significa que uma quantia considerável de recursos públicos está sendo subutilizada, comprometendo a eficiência e a eficácia dos investimentos governamentais.

A paralisação de 200 obras públicas no Estado do Rio de Janeiro tem impactos econômicos e sociais significativos. Economicamente, a interrupção dessas obras resulta em perdas de emprego, atrasos na melhoria da infraestrutura e desperdício de investimentos. Socialmente, a falta de conclusão de projetos essenciais, como hospitais, escolas e saneamento básico, compromete a qualidade de vida da população, exacerbando problemas sociais e aumentando a desigualdade.

A análise dos dados históricos fornecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) revela um panorama detalhado das obras públicas no Estado do Rio de Janeiro, destacando a evolução das obras paralisadas e em execução entre 2020 e 2023. Essa análise permite identificar tendências e avaliar a eficácia das políticas públicas voltadas para a gestão de obras.

Entre 2020 e 2023, o número total de obras públicas no Estado do Rio de Janeiro reduziu de 731 para 520. A redução no número total de obras de 2020 a 2023 pode ser atribuída a fatores como a finalização de alguns projetos, reavaliação de prioridades ou cortes orçamentários. No entanto, o elevado percentual de obras paralisadas, que aumentou de 26,0% em 2020 para aproximadamente 38,5% em 2023, indica uma persistente ineficiência na gestão e execução desses projetos.

O percentual de obras paralisadas passou por uma significativa elevação entre 2020 e 2022, de 26,0% para 38,8%, estabilizando-se em 38,5% em 2023. Esse aumento significativo de 12,5 pontos percentuais em dois anos é alarmante, pois reflete uma crescente dificuldade em manter a continuidade dos projetos.

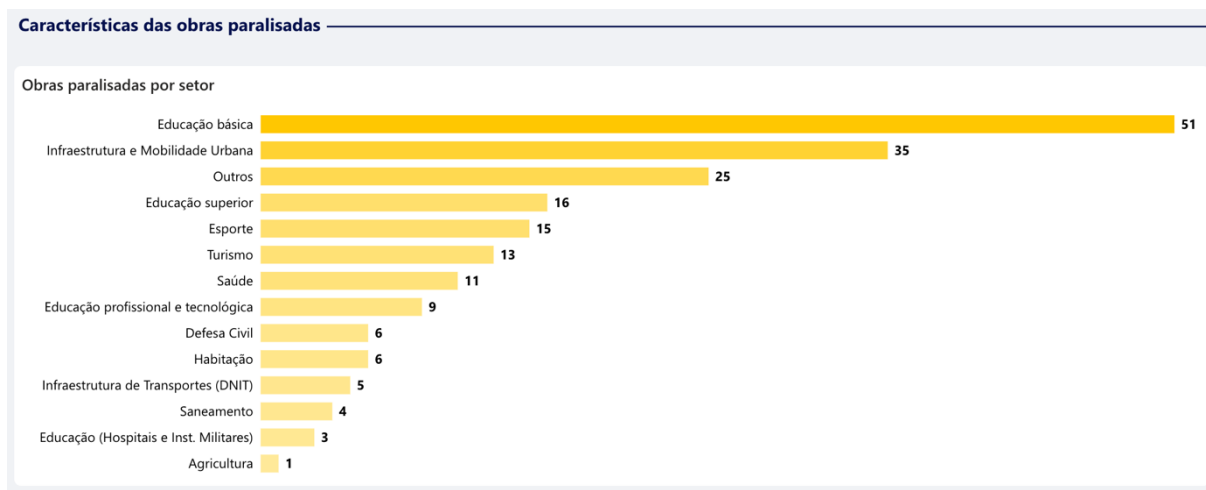
A estabilização do percentual em 2023, embora não mostre uma melhoria, sugere que o problema não se agravou ainda mais, possivelmente devido a intervenções governamentais ou medidas de controle. Contudo, a estabilização em um nível elevado de paralisação é indicativa de que as soluções implementadas até agora não foram suficientemente eficazes para reduzir a taxa de obras interrompidas.

O aumento no investimento total previsto entre 2020 e 2022, seguido por uma leve redução em 2023, sugere um esforço substancial do governo para impulsionar projetos de infraestrutura. No entanto, o crescimento contínuo do valor destinado a obras paralisadas de R\$ 0,68 bilhões em 2020 para R\$ 1,20 bilhões em 2023 evidencia um problema persistente na execução desses investimentos. Isso reflete não apenas a incapacidade de finalizar projetos existentes, mas também a provável inclusão de novos projetos que eventualmente são interrompidos.

A análise das características das obras paralisadas no Estado do Rio de Janeiro por setor revela *insights* importantes sobre onde os maiores desafios de gestão e execução de projetos de infraestrutura estão concentrados. Esta análise é fundamental para direcionar esforços e recursos na resolução dos problemas mais críticos.

Figura 3

Obras paralisadas por Setor, diagnósticos do TCU



Fonte: Tribunal de Contas da União. (2023). *Dados extraídos do painel de monitoramento de obras públicas*. <https://painéis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>.

Focando nos elementos que têm o maior impacto no Estado do Rio de Janeiro, a análise revela que três setores principais — educação (básica e superior), infraestrutura e mobilidade

urbana — representam 51% das obras interrompidas. Este diagnóstico destaca a necessidade de uma atenção especial a esses setores devido aos seus impactos significativos na população.

As obras de educação, infraestrutura e mobilidade urbana, somam 102 obras, representando 51% do total de 200 obras paralisadas. Esse fato sugere que focar na resolução dos problemas nesses três setores pode resultar em uma melhoria significativa na situação geral das obras paralisadas.

Das 200 obras paralisadas no Estado do Rio de Janeiro, 147 informaram o motivo da paralisação, representando 73,5% das obras. A análise dos dados revela os quatro principais motivos para a interrupção dessas obras, que juntos representam uma parcela significativa dos problemas enfrentados. A seguir, detalhamos esses motivos e seus impactos.

O principal motivo identificado para a paralisação das obras é a dificuldade técnica do tomador, responsável por 34 obras interrompidas, ou 23,13% do total. As dificuldades técnicas do tomador podem incluir problemas relacionados ao planejamento inadequado, falta de conhecimento técnico para gerenciar o projeto e a incapacidade de lidar com imprevistos durante a execução. Essas dificuldades podem levar a atrasos significativos, aumento dos custos e, eventualmente, à interrupção completa do projeto. A falta de expertise técnica é um obstáculo crítico que impede a conclusão das obras e compromete a eficiência dos investimentos públicos.

O segundo motivo mais comum é a ocorrência de fatos ou eventos não previstos, afetando 29 obras, ou 19,73% do total. Esses eventos podem incluir desastres naturais, mudanças nas condições econômicas, problemas jurídicos inesperados e outras contingências que não foram consideradas no planejamento inicial do projeto. A natureza imprevisível desses eventos torna difícil a preparação antecipada, resultando em paralisações que podem ser temporárias ou permanentes, dependendo da gravidade do evento e da capacidade de resposta dos gestores do projeto.

A dificuldade técnica da empresa executora é o terceiro principal motivo, responsável pela paralisação de 16 obras, representando 10,88% do total. Esses problemas podem surgir devido à falta de capacidade técnica da empresa contratada para executar o projeto conforme especificado, erros de execução, uso de materiais inadequados ou insuficiência de equipamentos. A falta de qualificação técnica da empresa executora compromete a qualidade da obra e pode resultar em retrabalhos, aumento de custos e, eventualmente, na paralisação do projeto.

O quarto motivo mais comum é a rescisão de contrato, que afetou 15 obras, ou 10,20% do total. A rescisão de contratos pode ocorrer por várias razões, incluindo o descumprimento de cláusulas contratuais, problemas financeiros da empresa executora, disputas legais e outras questões administrativas. A rescisão de contrato interrompe o progresso da obra, muitas vezes exigindo a abertura de novos processos licitatórios para a contratação de uma nova empresa executora, o que pode atrasar significativamente a conclusão do projeto.

4.3 IMPACTOS DAS PARALISAÇÕES NAS OBRAS PÚBLICAS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2023

A construção civil é um dos setores mais importantes para a economia do Estado do Rio de Janeiro, desempenhando um papel fundamental na geração de empregos, renda e no desenvolvimento regional. Este estudo analisa o desempenho econômico do setor entre os anos de 2020 e 2023, destacando os principais indicadores, como o PIB do setor, emprego, investimentos e desafios enfrentados.

Entre 2020 e 2023, o PIB do setor de construção civil no Estado Fluminense apresentou variações significativas. Em 2020, a pandemia de COVID-19 impactou severamente a economia global, e a construção civil não foi exceção. A necessidade de medidas de

distanciamento social e interrupções nas cadeias de suprimentos resultaram em uma redução na atividade do setor.

Ainda em 2020, houve uma significativa redução no número de empregos formais, com muitos projetos sendo adiados ou cancelados, dados do Ministério da Economia indicam que o setor perdeu cerca de 15% de seus postos de trabalho neste ano (Ministério da Economia, 2021). De acordo com o IBGE, o PIB da construção civil no Estado do Rio de Janeiro caiu aproximadamente 8% em 2020.

A partir de 2021, observou-se uma recuperação gradual impulsionada por investimentos e políticas de incentivo do governo estadual. Com a retomada das atividades econômicas e dos projetos, o setor de construção civil começou a se recuperar, refletindo uma melhoria significativa no panorama econômico do estado. Em 2022 e 2023, Programas governamentais, como o novo PAC e o Obrasgov, alavancaram a geração de empregos no setor, especialmente em projetos de infraestrutura e habitação.

Os investimentos em infraestrutura foram um dos principais motores da recuperação do setor de construção civil no Rio de Janeiro. Entre 2021 e 2023, o governo estadual e as parcerias público-privadas (PPPs) lançaram vários projetos significativos, incluindo obras de transporte, saneamento e habitação.

Estes investimentos não só ajudaram a impulsionar a atividade do setor, mas também foram essenciais para a recuperação econômica mais ampla do estado (Sinduscon-RJ, 2023). Além disso, programas como o Obrasgov tiveram um impacto positivo ao destinar recursos para projetos de infraestrutura em áreas carentes, melhorando a qualidade de vida da população e gerando emprego e renda.

Apesar da recuperação observada nos últimos anos, o setor de construção civil no Rio de Janeiro ainda enfrenta vários desafios. A alta nos custos dos materiais de construção, a

escassez de mão de obra qualificada e a burocracia para aprovação de projetos são alguns dos obstáculos que limitam o crescimento do setor.

No entanto, há também muitas oportunidades, especialmente no que diz respeito à adoção de novas tecnologias e métodos construtivos mais sustentáveis. A implementação de práticas de construção verde e o uso de materiais inovadores podem não só reduzir os custos, mas também tornar o setor mais competitivo e alinhado com as demandas ambientais atuais.

O crescimento no número de trabalhadores formais na construção civil foi um dos poucos aspectos positivos, com um aumento de 10,49% no número de trabalhadores com carteira assinada entre janeiro e outubro.

No entanto, esse crescimento esconde uma realidade mais complexa: muitas das novas contratações foram temporárias ou associadas a projetos de curta duração, incapazes de compensar totalmente o impacto das paralisações de grandes obras. As interrupções em projetos federais significaram que muitos trabalhadores foram contratados em regimes temporários, sem a segurança de emprego a longo prazo, e frequentemente enfrentaram períodos de inatividade forçada.

As interrupções nos repasses de verbas e a falta de clareza nas políticas públicas resultaram em atrasos e aumento dos custos dos projetos. Obras inacabadas em áreas como transporte e habitação não só desperdiçaram recursos financeiros, como também minaram a eficiência da infraestrutura urbana, prejudicando a mobilidade e o desenvolvimento socioeconômico regional.

A demanda por materiais de construção também sofreu com as paralisações. O volume de vendas de materiais caiu 3% no período de janeiro a setembro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este declínio foi exacerbado pela incerteza e pelas interrupções das obras federais, que tradicionalmente são grandes consumidoras de insumos de construção. Com a queda na demanda, os fabricantes e comerciantes de materiais de construção enfrentaram

dificuldades para manter suas operações e estoques, resultando em uma cadeia produtiva fragilizada e um aumento dos custos operacionais.

4.4 O NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma iniciativa do governo federal com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico do Brasil por meio de investimentos massivos em infraestrutura. A criação do PAC representou uma resposta estratégica à necessidade urgente de modernizar e expandir a infraestrutura do país, um passo essencial para criar empregos, aumentar a renda e reduzir as desigualdades regionais, estabelecendo-se como uma peça-chave nas políticas de desenvolvimento do país. A seguir, apresentamos os dados conforme Casa Civil (2024).

O PAC foi estruturado em fases, cada uma com suas particularidades e metas específicas. A primeira fase, conhecida como PAC 1 (2007-2010), contou com um orçamento inicial de aproximadamente R\$ 503,9 bilhões, focando em três principais eixos: infraestrutura logística, energia, e infraestrutura social e urbana. A infraestrutura logística incluía investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, enquanto a infraestrutura energética visava a expansão da capacidade de geração e transmissão de energia do país. Já o eixo de infraestrutura social e urbana concentrava-se em áreas como habitação, saneamento básico, transporte público e recursos hídricos.

Com a chegada da presidenta Dilma Rousseff ao poder, em 2011, o governo lançou a segunda fase do programa, o PAC 2 (2011-2014), que ampliou ainda mais os investimentos, com um orçamento de aproximadamente R\$ 1 trilhão. Esta fase do PAC introduziu novas áreas de atuação, como o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida" e maior atenção ao saneamento básico, além de continuar a priorizar os investimentos em logística e energia.

Apesar dos avanços significativos que o PAC trouxe para a infraestrutura brasileira, o programa também enfrentou vários desafios. Atrasos na execução das obras, problemas de gestão e dificuldades em garantir a eficiência dos projetos foram algumas das críticas enfrentadas pelo programa ao longo dos anos. Além disso, a complexidade das obras e a necessidade de coordenar esforços entre diferentes níveis de governo e o setor privado muitas vezes resultaram em lentidão na implementação dos projetos.

.Em contraste com o antigo PAC, o Novo PAC, lançado em 2023, é um esforço renovado do governo federal, agora liderado novamente por Luiz Inácio Lula da Silva, para continuar a trajetória de crescimento econômico do país. Diferentemente do programa anterior, o Novo PAC é estruturado em Medidas Institucionais e nove Eixos de Investimento, com uma visão mais ampla e integrada, comprometida com a transição ecológica, a neointustrialização, o crescimento sustentável e a geração de empregos. O orçamento planejado para o Novo PAC é de R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e mais R\$ 0,4 trilhão para o período subsequente.

Enquanto o PAC original focava mais na expansão de infraestrutura básica, o Novo PAC busca uma abordagem mais holística, incluindo investimentos em áreas estratégicas para o futuro do país, como sustentabilidade e inovação tecnológica. Essa nova fase de investimentos destaca a importância de uma implementação eficiente, especialmente em estados como o Rio de Janeiro, onde os recursos são fundamentais para enfrentar problemas históricos de mobilidade urbana, saneamento e habitação.

O Novo PAC é um programa de investimentos liderado pelo governo federal em colaboração com o setor privado, governos estaduais, municipais e movimentos sociais. Este esforço conjunto visa acelerar o crescimento econômico e promover a inclusão social, gerando empregos, aumentando a renda e reduzindo as desigualdades sociais e regionais, por meio de investimentos maciços em infraestrutura.

O programa está estruturado em Medidas Institucionais e nove Eixos de Investimento. As Medidas Institucionais são um conjunto coordenado de ações normativas de gestão e planejamento que facilitam a expansão contínua dos investimentos públicos e privados no país. Os Eixos de Investimento representam as principais áreas de atuação do programa, englobando todas as obras e serviços destinados à população.

O Novo PAC planeja investir R\$ 1,7 trilhão em todo o Brasil, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e mais R\$ 0,4 trilhão após esse período. Esses investimentos estão comprometidos com a transição ecológica, a neointustrialização, o crescimento sustentável do país e a geração de empregos.

No contexto do Estado do Rio de Janeiro, o novo PAC desempenha importantíssimo, pois muitos dos investimentos são direcionados para melhorar a infraestrutura local, enfrentando problemas históricos de mobilidade urbana, saneamento e habitação. A implementação eficiente do PAC no estado é essencial para garantir que os recursos sejam bem aplicados e que as obras sejam concluídas conforme planejado, evitando os impactos negativos associados a paralisações.

Na análise dos resultados do processo de seleção de propostas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) para o Estado do Rio de Janeiro revela uma distribuição significativa de recursos e iniciativas entre diferentes órgãos e programas.

Os dados apresentados indicam que foram selecionadas 41 propostas, totalizando um investimento de R\$ 3.783.829.547,65, a serem apoiadas com recursos do Orçamento Geral da União - OGU, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de outras fontes de financiamento geridas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Os principais órgãos beneficiados incluem os municípios, que somam um investimento de R\$ 2.464.196.870,84 distribuído em 30 propostas, e a CEDAE (Companhia Estadual de

Águas e Esgotos), com R\$ 1.130.206.567,43 distribuídos em 7 propostas. Outros órgãos como SEAS, CEHAB, Cidade Integrada e DER também foram contemplados, porém com valores significativamente menores.

No que se refere aos programas específicos, o Abastecimento de Água - Urbano é o que recebeu a maior alocação de recursos, com R\$ 1.186.334.375,90 divididos entre 11 propostas. O programa de Desastres - Drenagem Urbana também recebeu um montante significativo de R\$ 1.452.291.820,00 distribuídos em 14 propostas.

Outro programa relevante é o de Esgotamento Sanitário - Urbano, com um investimento de R\$ 629.076.186,35 distribuídos em 12 propostas. O programa de Mobilidade Urbana, embora com menos propostas, 3 no total, também se destaca com um investimento de R\$ 503.126.536,66.

No Estado do Rio de Janeiro, o Obrasgov é especialmente relevante, pois a região enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura. A aplicação do Obrasgov no estado visa assegurar que as obras essenciais para o desenvolvimento econômico e social sejam entregues conforme planejado, mitigando os impactos negativos associados a obras inacabadas ou atrasadas. A eficácia do Obrasgov no Rio de Janeiro depende de uma forte coordenação entre os diferentes níveis de governo e de uma gestão transparente e responsável dos recursos públicos (Casa Civil, 2024).

5.CONCLUSÃO

A análise dos impactos econômicos e sociais das obras paralisadas financiadas com recursos federais no estado do Rio de Janeiro revelou importantes conclusões sobre a relação entre a governança pública e a execução de projetos de infraestrutura.

O histórico de obras públicas no Brasil, quando estudado, mostrou um padrão recorrente de interrupções e atrasos, frequentemente resultantes de problemas na gestão de recursos, falta de planejamento adequado e falhas na governança. A compreensão da governança como um fator determinante para o sucesso desses projetos destacou a necessidade de maior transparência, fiscalização e controle social, que são essenciais para garantir a continuidade e a conclusão das obras.

Ao identificar as obras paralisadas no estado do Rio de Janeiro, foi possível observar o impacto direto na sociedade, desde a perda de investimentos até o aumento de custos para retomada e conclusão dos projetos. As consequências dessas paralisações são profundas, afetando não apenas a economia local, mas também o bem-estar social, com prejuízos que vão desde o desemprego até a falta de acesso a serviços públicos essenciais.

Assim, a investigação realizada reforça a importância de uma gestão pública eficaz e a necessidade de políticas que garantam a continuidade das obras, evitando desperdícios de recursos e promovendo o desenvolvimento sustentável no estado do Rio de Janeiro.

Esses achados sugerem que a governança robusta não apenas impulsiona a conclusão eficiente das obras públicas, mas também atua como um elemento estratégico para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. A paralisia das obras revela uma desconexão entre o planejamento e a execução, o que resulta em desperdício de recursos, atrasos na entrega de benefícios à população e um impacto negativo na confiança pública nas instituições.

Sendo assim, a análise mostrou que as obras paralisadas afetam desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis, que dependem desses projetos para ter acesso a infraestrutura básica, como hospitais, escolas e transporte público. A ausência dessas obras concluídas agrava a desigualdade social e impede o progresso de regiões já marginalizadas.

Diante do exposto também se observou que é fundamental que o governo federal, em conjunto com os governos estaduais e municipais, adote medidas mais rígidas e eficazes para garantir a continuidade das obras públicas. Isso inclui a implementação de práticas de governança que promovam a transparência, a participação cidadã, e a responsabilização dos gestores públicos. Essas ações são essenciais não apenas para evitar a paralisia futura de obras, mas também para assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e em benefício de toda a sociedade.

Concluindo assim que a paralisação de obras financiadas com recursos federais no estado do Rio de Janeiro tem efeitos devastadores tanto no desenvolvimento econômico quanto no bem-estar social. A superação desses desafios requer um compromisso renovado com a boa governança, o planejamento adequado e a gestão eficaz dos projetos públicos, de modo a garantir que os investimentos federais realmente contribuam para o crescimento sustentável e a inclusão social no estado.

Futuras pesquisas podem aprofundar o estudo de estratégias inovadoras de governança e modelos de gestão que previnam paralisações, permitindo também comparações entre diferentes estágios de desenvolvimento, métodos de execução e melhores práticas. Essas pesquisas podem fornecer indicadores mais precisos para uma melhor forma de realização e monitoramento dos projetos públicos. Tais comparações contribuirão para a evolução contínua da gestão pública, promovendo uma administração cada vez mais eficiente e alinhada às necessidades sociais e econômicas, garantindo assim o uso eficaz dos recursos federais.

REFERÊNCIAS

Araújo, A.J.B. (2021). *Obras Públicas e Serviços de Engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos*. São Paulo: Editora Lumen Rios.

Martinho, M.. (2016). *Lei de Responsabilidade Fiscal*. São Paulo: Atlas.

Montalvão, E. G (2012). *Gestão de obras públicas*. São Paulo: Editora Intersaberes.

Nascimento, E. (2016). *Gestão Pública* São Paulo: Saraiva.

Guidi, J.E (2023). *Engenharia Legal Aplicada ao Labirinto das Obras Públicas*. São Paulo: Editora LEUD.

Silva, A.A. (2018). Transparência na gestão pública, análise de padrões e princípios de governança corporativa nos relatórios da prefeitura municipal de João Pessoa de 2014 a 2018. *13º Congesp-Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte*, 2018.

Torres, F.D. (2004). *Estado, Democracia e Administração pública*. Rio de Janeiro: FGV.

Brasil (2021). *Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*. Dispõe sobre a Licitação e Contratação pela Administração Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. Seção 61-F, p. 1.

Brasil de Fato (2023). *Mapa da desigualdade: metade da população fluminense vive com menos de um salário-mínimo*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/27/mapa-da-desigualdade-metade-da-populacao-fluminense-vive-com-menos-de-um-salario-minimo>.

Acesso em: 10 jul. 2024.

Brasil (2024). *Tribunal de Contas da União. Dez Passos para a Boa Governança*. 2. ed. Brasília: TCU. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Brasil (2021). *Tribunal de Contas da União. Nota Técnica SEUAD nº 2-2013 - Compreendendo Governança*. Brasília: TCU, 2013. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/levantamento-de-governanca.htm>. Acesso em: 11 jul. 2024.

Brasil (2013). *Tribunal de Contas da União. Referencial Básico de Governança*. 1. ed. Brasília: TCU, 2013. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/governanca-organizacional.htm>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Brasil (2020). *Tribunal de Contas da União. Referencial Básico de Governança Organizacional*. 3. ed. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/levantamento-de-governanca/levantamento-de-governanca.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Brasil (2024). *Tribunal de Contas da União. Rio de Janeiro vai receber R\$ 3,8 bi do Novo PAC para transporte, drenagem, esgotamento, abastecimento e centro comunitário*. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/rio-de-janeiro-vai-receber-r-3-8-bi-do-novo-pac-para-transporte-drenagem-esgotamento-abastecimento-e-centro-comunitario>. Acesso em: 10 jul. 2024.